

Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal-RN

*Thiago Augusto Nogueira de Queiroz¹
Francisco Fransualdo de Azevedo²*

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a geograficidade da dialética entre o arranjo espacial e a dinâmica socioeconômica das feiras livres em Natal, relacionada com os circuitos da economia urbana. Nessa análise, o arranjo espacial se refere a configuração territorial, distribuição, localização e espacialização das feiras livres. A dinâmica socioeconômica é um conjunto de variáveis econômicas, políticas e culturais intrínsecas ao fenômeno estudado. Os dois circuitos da economia urbana se constituem em dois sistemas indissociáveis, contraditórios e solidários. Através de uma pesquisa documental e pesquisa de campo constata-se que há uma situação geográfica de solidariedade e conflito entre os circuitos da economia urbana nas feiras livres de Natal.

Palavras-chave: Circuitos da Economia Urbana; Feiras Livres, Natal.

Circuits of urban economy: spacial configuration and dynamic of periodic markets in Natal-RN, Brazil

Abstract

The aim of this paper is to analyze the geographicity, the dialectic between the spatial and socioeconomic dynamics of periodic markets in Natal-RN, Brazil, in connection with the circuits of the urban economy. In this analysis, the spatial arrangement refers to territorial configuration, distribution, location, spatial distribution of free markets. The socioeconomic dynamics is a set of economic variables, intrinsic to the political and cultural phenomenon. The two circuits of urban economy constitute two inseparable systems. Through a documentary research and field research finds that there is a solidarity and geographical situation of conflict between the circuits of urban economy in the in the Natal's periodic markets.

Keywords: Circuits of Urban Economy; Periodic Markets; Natal.

1 Mestrando em Geografia – UFRN. Contato: thiagoanqueiroz@gmail.com

2 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Mestrado em Geografia – UFRN. Contato: ffazevedo@gmail.com

Introdução

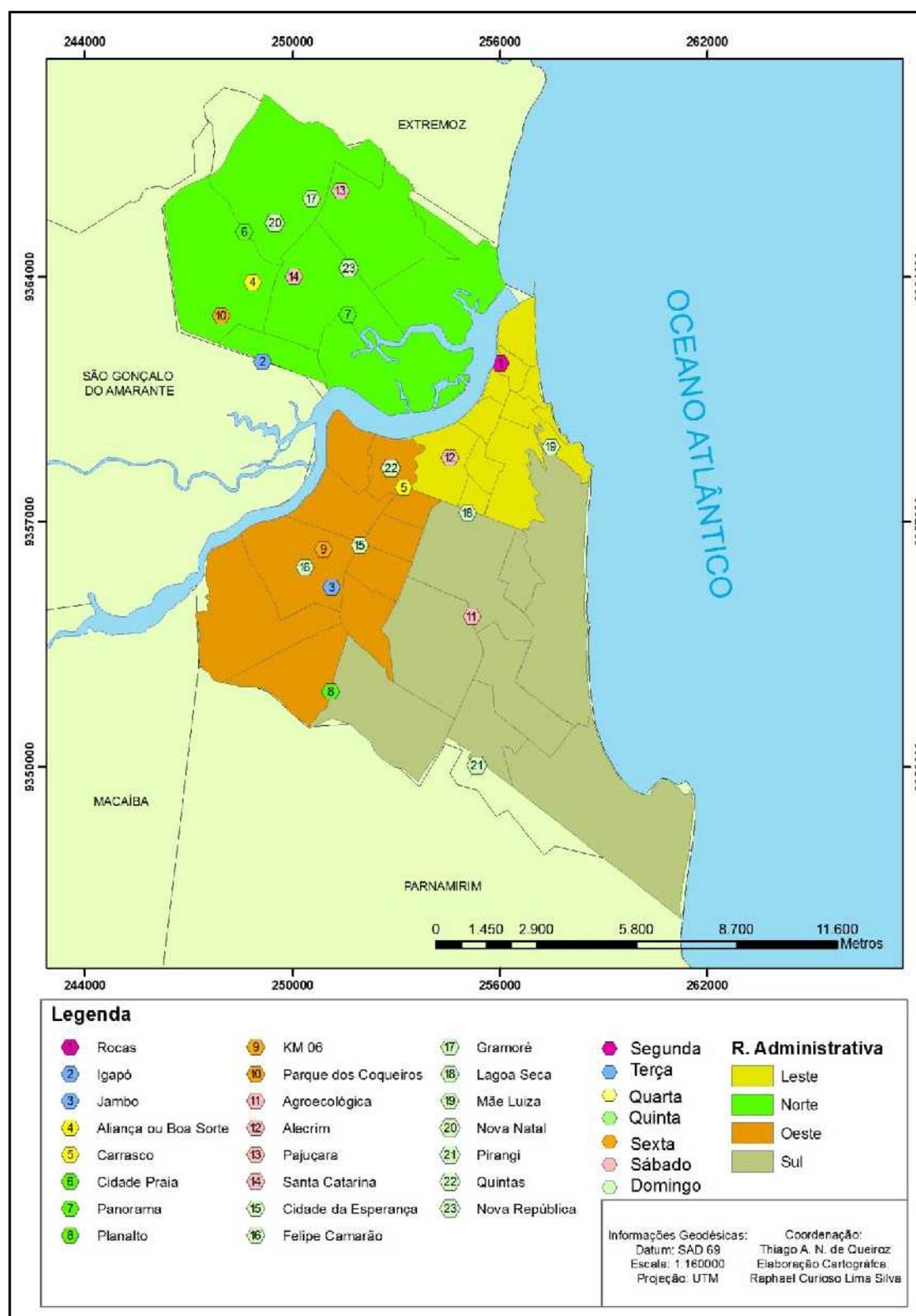
Na literatura internacional, as feiras livres são denominadas de *marché* (francês) ou *periodic market* (inglês), que significam, respectivamente, mercado e mercado periódico. No Brasil, as feiras livres se assemelham a esses mercados europeus, caracterizadas pelos produtos expostos em barracas e vendidos em praças para o abastecimento local, mais que as feiras propriamente ditas, eventos de negócios regionais, realizados anualmente, e denominadas na Europa de *foire* (francês) ou *fair* (inglês) (FERRETTI, 2000).

Ao fazer uma comparação das feiras livres com os mercados no Brasil, verifica-se que estes últimos são prédios ou galpões cobertos, administrados pelo poder público municipal, onde funcionam diariamente relações de comércio local ou regional, denominados popularmente de mercados públicos. As feiras brasileiras, denominadas popularmente de feiras livres, são pequenas ou grandes reuniões socioeconômicas, realizadas ao ar livre, em ruas, praças ou terrenos baldios, com produtos expostos em barracas ou no chão, intercaladas geralmente no intervalo de uma semana, e que podem ter uma área de influência local ou regional.

Na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte (RN), as feiras apresentam-se importantes na dinâmica socioespacial urbana, apesar da expansão dos agentes econômicos modernos, como indústrias, firmas de construção civil, *shopping centers*, hipermercados, supermercados, lojas de departamentos, serviços de alta complexidade, bancos e financeiras. Há também a existência de formas econômicas não modernas como pequenas firmas de produção artesanal, serviços de baixa complexidade, camelódromos, ambulantes e mercados públicos, além das feiras livres, que foram totalizadas em 23 (Mapa 1).

Essa coexistência de empreendimentos modernos com mercados não modernos, em especial as feiras livres, pode ser explicada a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, de Milton Santos: o circuito superior e o circuito inferior.

Mapa 1 – Distribuição espacial e temporal das feiras livres em Natal-RN



Dados: SEMSUR, 2011.

O circuito superior é “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1979, p. 31). Já o circuito inferior é “constituído essencialmente por formas de fabricação

não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979, p. 31).

Os dois circuitos da economia urbana se constituem em dois sistemas indissociáveis, contraditórios e solidários do território. Entende-se por território a dialética existente entre a configuração territorial (o arranjo espacial) dos objetos, dos fixos, e a dinâmica socioeconômica, originada pelas ações humanas e pelos fluxos. Essa definição está associada a noção de território usado, sinônimo de espaço geográfico. O uso do território é a “implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 21).

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a situação geográfica das feiras livres de Natal, relacionada com os circuitos da economia urbana. Nessa análise, evidencia-se a dialética da localização material dos objetos, juntamente com a localização relacional destes com outros objetos, produzindo uma dinâmica socioeconômica e espacial. A situação geográfica é:

(...)a especificidade do lugar e, metodologicamente, aparece como uma instância de análise e de síntese. É uma categoria de análise porque permite identificar problemas a pesquisar e, desse modo, compreender os sistemas técnicos e as ações no lugar. Mas, ela propõe, ao mesmo tempo, uma síntese, pois é um olhar horizontal de conjunto, um olhar sobre o espaço banal, exigindo, também um olhar vertical, ambos no processo permanente da história (SILVEIRA, 1999, p. 27).

Assim, há um modelo metodológico que tem como meta averiguar a situação geográfica (SANTOS, 1988). Este modelo foi adaptado ao objeto de estudo desta pesquisa, as feiras livres, gerando dois procedimentos metodológicos para compreender a existência desse fenômeno na cidade de Natal: a caracterização da configuração territorial (o arranjo espacial ou distribuição espacial) e da organização político-administrativa das feiras; e a análise da dinâmica socioeconômica das feiras livres em Natal, considerando o local de nascimento, moradia e renda dos feirantes, e a relação intrínseca com o circuito superior da economia urbana.

A configuração territorial é o “arranjo, sobre o território, dos elementos naturais e artificiais de uso social: plantações, canais, caminhos, portos, aeroportos, redes de comunicação, prédios residenciais, comerciais e industriais etc.” (SANTOS, 1988, p. 111). A dinâmica socioeconômica é um “conjunto de variáveis econômicas, culturais, políticas,

que a cada momento histórico dão uma nova significação e um valor específicos ao meio técnico criado pelo homem, isto é, a configuração territorial” (SANTOS, 1988, p. 111).

Os resultados do trabalho foram obtidos a partir de dados e informações de pesquisa documental e campo. A pesquisa documental abrangeu dados secundários obtidos em órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) e a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN). A pesquisa de campo através da observação do cotidiano das feiras livres de Natal, acompanhada de registros fotográficos e de entrevistas com os feirantes e com representantes do departamento de feiras livres da Prefeitura Municipal.

Os arranjos espaciais das feiras livres em Natal

Atualmente, Natal tem 23 feiras livres, ocorrendo em diferentes dias da semana, e distribuídas espacialmente de forma desigual pelas regiões administrativas do município: 10 na Zona Norte, 7 na Zona Oeste, 4 na Zona Leste, e 2 na Zona Sul. Destas, 22 feiras são administradas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR). Apenas a feira agroecológica conta com uma autogestão, ou seja, é gerida pelos próprios membros da feira, a partir de alguns princípios da economia solidária.

As feiras âncoras e as feiras satélites

As nove maiores feiras livres da cidade serão aqui denominadas de *feiras âncoras*, devido ao tamanho (número de feirantes e de bancas) e maior intensidade de fluxos de pessoas e mercadorias, tendo uma maior importância para a circulação e dinâmica socioeconômica da capital potiguar. As demais feiras livres serão denominadas de *feiras satélites*, pois são de médio e pequeno porte, e funcionam apenas como complementos das feiras âncoras.

As feiras âncoras são as do Alecrim, Carrasco, Cidade da Esperança, Nova Natal, Rocas, Igapó, Parque dos Coqueiros, Santa Catarina, e Panorama. As feiras satélites são as feiras de Lagos Seca, Aliança ou Boa Sorte ou Vale Dourado, Planalto, Quintas, Felipe Camarão, Cidade Praia, Mãe Luiza, Gramoré, Pajuçara, Pirango, Km 06, Nova República, Agroecológica, e Jambo

O arranjo espaço-temporal norte e o arranjo espaço-temporal sul

As feiras âncoras e as feiras satélites são responsáveis pela formação de dois arranjos de feiras livres na cidade de Natal. O arranjo espacial e temporal realizado na

Zona Norte da cidade, no qual denominaremos de *arranjo espaço-temporal norte*, e o arranjo espacial e temporal realizado nas Zonas Oeste, Leste e Sul, no qual denominaremos de *arranjo espaço-temporal sul*. A composição desses dois arranjos pode ser averiguada no Quadro 1.

Quadro 1 – Feiras âncoras e feiras satélites distribuídas por cada circuito de feiras livres e por dia da semana

Dia da Semana	Arranjo espaço-temporal norte		Arranjo espaço-temporal sul	
	Feira Âncora	Feira Satélite	Feira Âncora	Feira Satélite
Segunda Feira			Rocas	
Terça Feira	Igapó			Jambo
Quarta Feira		Aliança	Carrasco	
Quinta Feira	Panorama	Cidade Praia		Planalto
Sexta Feira	Parque dos Coqueiros			Km 6
Sábado	Santa Catarina	Pajuçara	Alecrim	Agroecológica
Domingo	Nova Natal	Gramoré Nova República	Cidade da Esperança	Lagoa Seca Mãe Luiza Quintas Pirangi Felipe Camarão

Elaboração: Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, 2011.

Os dois arranjos de feiras livres são separados naturalmente pelo estuário Potengi/Jundiaí. Observa-se que apenas nos sábados e domingos há feiras livres âncoras e satélites nos dois arranjos de feiras da cidade. Nos demais dias da semana não há choque de feiras âncoras entre o arranjo espaço-temporal norte e o arranjo espaço-temporal sul, mostrando a importância da sincronia espaço-temporal em relação à distribuição e aos dias de realização das feiras livres. O único dia em que não há ocorrência de feiras âncora ou satélite no arranjo espaço-temporal norte é segunda-feira, sendo o principal dia de descanso para os feirantes que participam desse arranjo. E a terça-feira é o único dia da semana no qual não se registra ocorrência de feira âncora no arranjo espaço-temporal sul, sendo o dia destinado ao descanso dos feirantes que participam desse arranjo, apesar de ter sido criada recentemente a feira do Jambo.

A dinâmica socioeconômica das feiras livres em Natal

Os agentes que participam das feiras são: os próprios feirantes - que se constituem em feirantes cadastrados, feirantes não cadastrados, feirantes pequenos produtores agrícolas, feirantes atravessadores e os empregados das barracas -; os donos de bancas (que, por vezes, são feirantes); os atacadistas; as transportadoras de produtos para a feira; os vendedores de sacolas apropriadas para compras; os carregadores que com o

carro de mão auxiliam os consumidores no transporte dos produtos comprados; os consumidores (que também são considerados feirantes para alguns autores numa perspectiva cultural) – e que englobam os consumidores individuais e os atravessadores que compram na feira para revender -, e, às vezes, os fiscais da prefeitura, além das pessoas que tocam e cantam, e as famílias que dela tiram o sustento.

Além da circulação de pessoas, que vendem e compram nas feiras livres, há uma circulação de mercadorias, como frutas, legumes, verduras, cereais, carnes, queijos, roupas, calçados, utilidades para o lar e ferramentas, que dão uma dimensão espacial as feiras livres em diferentes escalas, desde a local até a nacional. Essa dinâmica socioeconômica das feiras livres ocorre através da indissociabilidade, contradição e solidariedade entre os dois circuitos da economia urbana: o circuito superior e o circuito inferior.

O circuito inferior e as feiras livres em Natal

O circuito inferior ou circuito não moderno é resultado indireto da modernização tecnológica e organizacional do território, não correspondendo a lógica hegemônica. Este circuito é constituído por agentes que só se beneficiam parcialmente ou quase não se beneficiam do desenvolvimento técnico, científico e informacional, como por exemplo, as formas de fabricação artesanal, o comércio e os serviços não modernos e de baixa complexidade, os ambulantes, os camelódromos, os mercados públicos, e as feiras livres.

Utilizando-se de um baixo grau de tecnologia, organização administrativa e capital, o circuito inferior “que se desenvolve onde o meio construído está mais degradado, pode oferecer produtos mais simples, essenciais ou supérfluos, criativos ou imitativos a uma população que não tem acesso aos produtos da economia superior” (SILVEIRA, 2009, p. 67).

As atividades do circuito inferior utilizam como tecnologia o trabalho intensivo, baseiam-se no crédito pessoal, na agiotagem e no dinheiro líquido, trabalham com pequenas quantidades de mercadorias e de capital, geram rendas no limite ou abaixo do mínimo vital, têm como regra a pechincha e a barganha, supõem um prazo curto de lucro, preocupam-se mais com a sobrevivência da família que com a acumulação, têm uma margem de lucro elevada por unidade e pequena no volume total, não necessitam de publicidade e propaganda, e não têm custos fixos (SANTOS, 1979).

A figura do agiota, antes frequentemente observada no circuito inferior, está sendo substituída pelos bancos e instituições financeiras que tornam o crédito cada vez mais

fácil, sem burocracia, e acessível às camadas pobres da sociedade, que passam a consumir e endividar-se no circuito superior (SILVEIRA, 2007). Assim, as firmas do circuito inferior passam a perder mercados, elevando o número de falências e mudanças de ramos na economia urbana.

O circuito inferior é confundido, muitas vezes, com o setor informal, uma vez que este o constitui, juntamente com uma parte do setor formal (SANTOS, 1979). O circuito inferior é denominado de “setor informal”, transmitindo a ideia de que existe um “setor formal”, desenvolvido, coerente, eficiente e racional, face a um “setor informal”, não desenvolvido, tradicional, inarticulado, arcaico, ineficiente e irracional. Portanto, a economia dos pobres é analisada muitas vezes de forma preconceituosa, pois, é considerada arcaica, tradicional, insalubre, parasitária, portanto, “informal”.

A adoção do termo “setor informal” leva a imaginar que todas as atividades do circuito inferior deveriam ser “formalizadas”. A “formalização” causa um grau elevado de falências no circuito inferior, pois, o dinheiro utilizado para o pagamento de impostos é retirado da mesma fonte de dinheiro necessária à sobrevivência pessoal e familiar dos agentes desse circuito.

As feiras livres se constituem em um exemplo típico do circuito inferior da economia urbana. Tanto as feiras âncoras como as feiras satélites dos dois arranjos de feiras da cidade de Natal se caracterizam pela venda de carnes, peixes, crustáceos, verduras, legumes, frutas, cereais, roupas e calçados. Quase todas as feiras âncoras (Igapó, Carrasco, Panorama, Parque dos Coqueiros, Santa Catarina, Nova Natal e Cidade da Esperança) se constituem com a presença da feira “do troca” ou do “troca-troca”, exceto as feiras do Alecrim e das Rocas, devido a uma maior normatização e fiscalização, e por se caracterizarem como feiras históricas, culturais e relativamente turistificadas.

A feira “do troca”, enquanto evidência plena do circuito inferior nas feiras, ocorre junto com as feiras livres, e se caracteriza pela venda de produtos usados e sucatas como eletrodomésticos, acessórios de computador, encanamentos, ferramentas diversas, celulares, câmaras fotográficas, vídeo *games*, baterias, roupas, calçados, livros, peças (de carro, de moto, e de bicicletas), animais (suínos, ovinos, caprinos) aves (galinhas, codornas, peru), pássaros silvestres, etc. A Foto 1 ilustra a feira “do troca” realizada em uma feira livre da Zona Norte da cidade.



Foto: Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, mai. 2011.
Foto 1 – Feira “do troca” na feira livre do Parque dos Coqueiros

Em meio a tantos produtos usados, suspeita-se da venda de produtos roubados, associados (ou não) a venda de drogas ilícitas. Algumas vezes o circuito inferior da economia urbana apresenta algum tipo de relação com atividades ligadas ao crime. Mas, jamais se resume a isso, pois também se encontra na feira “do troca” diversos outros itens, como livros literários e científicos.

As 10 feiras livres com maior porcentagem de feirantes cadastrados são do arranjo espaço-temporal sul, destas incluem-se as 4 feiras âncoras deste arranjo (Rocas, Carrasco, Alecrim e Cidade da Esperança), mais as feiras de Lagoa Seca, Quintas, Mãe Luiza, Planalto, Km 6, e a Agroecológica (SEMSUR, 2011).

Todas as feiras são formadas, principalmente, por feirantes que residem nos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) – Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, São José do Mipibu, Monte Alegre, Vera Cruz, Ceará Mirim, Nísia Floresta – e de alguns outros municípios próximos a RMN, evidenciando-se a importância das feiras livres de Natal para a dinâmica socioeconômica regional (FUNCERN, 2009).

Observa-se que nas feiras pertencentes ao arranjo espaço-temporal norte há um predomínio dos feirantes que residem na Zona Norte. Nas feiras do arranjo espaço-temporal sul há um predomínio de feirantes residentes na Zona Oeste, exceto, nas feiras do Pirangi e Agroecológica. Na primeira, predomina feirantes de Parnamirim, indicando que esta feira participa e está muito mais conectada com o arranjo de feiras da cidade de

Parnamirim do que da capital potiguar. Na segunda, destacam-se os feirantes residentes em Parnamirim e Macaíba, associados às áreas de produção agrícola desses municípios.

A maioria dos feirantes participa apenas das feiras âncoras, seja no arranjo espaço-temporal norte ou sul, trabalhando nas mesmas feiras livres semanalmente. A proximidade com a residência e a dificuldade de acesso a outra margem do estuário do Potengi/Jundiaí, restringe a área de atuação de muitos feirantes a apenas um arranjo de feiras livres. Alguns feirantes participam de forma mesclada tanto de feiras âncoras quando de feiras satélites, ainda que normalmente confinados a determinado arranjo de feiras (poucos feirantes trabalham nos dois arranjos de feiras livres da cidade).

As feiras livres de Natal também se caracterizam por serem as únicas formas de sobrevivência de várias famílias. Nota-se que entre as 10 primeiras feiras cujos feirantes obtêm as maiores rendas médias, 5 são feiras âncoras e 5 feiras satélites (FUNCERN, 2009). Todas as 5 feiras âncoras e mais 3 feiras satélites constituem o arranjo espaço-temporal norte.

A renda média mensal dos feirantes é de R\$ 598,91. Devido a essa baixa renda, pouco superior ao valor do salário mínimo, há a necessidade, muitas vezes, de toda a família, inclusive os filhos, participar do processo de vendas, para aumentar a renda domiciliar. A Foto 2 mostra uma família que, através de uma apresentação artística e cultural, obtém a renda necessária para a própria sobrevivência e sustento.



Fonte: Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, mai. 2011.

Foto 2 – Família busca a sobrevivência na feira da Cidade da Esperança.

Esta família, ilustrada na foto, utiliza-se dos espaços das feiras livres e das praças da cidade, ou até mesmo dos *shoppings centers*, para adquirir a renda necessária para o sustento. A abertura e o livre acesso às apresentações culturais em feiras livres, sob concessões da prefeitura, tem uma grande importância não só para os músicos populares, mas também para os grupos teatrais e os cordelistas da capital do Rio Grande do Norte.

Os imigrantes da cidade de Natal têm um importante papel na constituição das feiras livres. Certamente essas migrações foram provocadas por questões históricas e estruturais, não sendo um ato exclusivamente de interesse pessoal. Esses imigrantes de Natal são oriundos do processo de modernização ou falência das economias tradicionais do interior do estado, bem como do interior da Paraíba, que buscam melhores condições de vida na capital que expandia os empregos nos setores secundário e terciário. Conseqüentemente, esses imigrantes tornaram-se um exército industrial de reserva, uma massa de marginalizados e excluídos, que encontraram no circuito inferior a única forma de sobrevivência.

Parte dessa população pobre encontra nas atividades do circuito inferior, em especial nas feiras livres, um abrigo, um lugar para trabalhar e para garantir a sobrevivência da família. Muitos feirantes que nasceram em Natal, são filhos desses imigrantes, e conservam a tradição familiar de trabalhar nas feiras livres.

Excetuando-se a feira do Carrasco, nas demais feiras livres da capital potiguar mais da metade dos feirantes são imigrantes (FUNCERN, 2009). A maioria desses imigrantes é originária dos municípios do interior do estado: Santo Antônio, Brejinho, Açú, Taipu, Monte das Gameleiras, Jardim de Piranhas, Boa Saúde, Cerro Corá, Santana do Matos. Entre aqueles nascidos em outros estados, destaca-se o interior da Paraíba: Cuité, Bananeiras, Patos, Areia, Brejo do Cruz, Mamanguape, Guarabira, São Bento.

Segundo Santos (1996), migrar para a cidade grande é deixar para trás, muitas vezes, a cultura do local de origem (campo ou cidade) para se encontrar com o desconhecido, com outra cultura, outros valores e símbolos diferentes. Após o primeiro momento do estranhamento, o migrante passa a tentar entender aquela nova realidade, e aos poucos vai apreendendo e conhecendo melhor o novo local de moradia, utilizando-se das memórias e das experiências da morada anterior como suporte para encontrar a sobrevivência na nova realidade vivenciada. A dinâmica do circuito inferior encontra-se indissociável, justaposta e sobreposta com a dinâmica do circuito superior.

O circuito superior nas feiras livres em Natal

O circuito superior ou circuito moderno é o resultado direto da modernização tecnológica e organizacional do território, a partir da lógica hegemônica. Este circuito é constituído por agentes que se beneficiam com o progresso técnico, científico e informacional, como bancos, indústrias modernas (como de exportação), comércio e serviços modernos (como *shopping centers*, hipermercados, supermercados, lojas de departamento, etc.), e firmas transportadoras e de logística. Trata-se, portanto, de um circuito formado por atividades que monopolizam e oligopolizam o mercado, comandadas por intencionalidades externas aos territórios, organizando-os de acordo com seus interesses. O circuito superior também:

(...)caracteriza-se pela presença de poderosos agentes financeiros, assim como pelo conteúdo financeiro na política dos demais agentes hegemônicos. Sua porção mais hierárquica está constituída por bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, consultorias e *holdings* integrados por empresas industriais, comerciais e de serviços avançados. Amiúde, trata-se de grandes firmas que fundam e controlam bancos e instituições financeiras, mas, também de grandes bancos que criam e controlam instituições financeiras (SILVEIRA, 2009, p. 66).

Portanto, as atividades do circuito superior utilizam como tecnologia o capital intensivo e dispõem de crédito bancário, manipulam e concentram grandes volumes de mercadorias e capitais, têm o assalariamento como forma de relação de trabalho, têm os custos e os preços fixos, contabilizam a margem de lucro em longo prazo, preocupam-se com a acumulação de capital, têm um lucro elevado no volume ainda que reduzido por unidade, utilizam publicidade e propaganda, e usufruem da ajuda governamental, solicitando *overhead capital* ao Estado (SANTOS, 1979).

O Estado pode ser considerado um importante componente do circuito superior, visto que atende aos interesses dos agentes do circuito moderno. Este apoia as atividades do circuito superior através da construção de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes, portos, aeroportos, etc.), qualificação da mão de obra, parcerias com o setor privado (PPPs), participação direta na criação de indústrias de base (siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas) e na forma de concessão de incentivos fiscais e financeiros (isenção de impostos, subsídios a produção e exportação).

A economia urbana moderna é formada pelo circuito superior “puro” e pelo circuito superior marginal (SANTOS, 1979). Este último, constitui-se exclusivamente de atividades de fabricação que são menos modernas ou incapazes de se modernizarem totalmente, ou seja, esta porção do circuito superior está conectada a difusão das técnicas modernas,

mas, por não conseguir acompanhar o mais alto nível de modernidade, tornam-se vulneráveis e tendem a sair do circuito superior. Ambos, circuito superior “puro” e circuito superior marginal, utilizam a cidade como um mercado unificado.

O objetivo do circuito moderno torna-se mais eficaz através da ação conjunta com as firmas financeiras, desburocratizando o crédito, tornando-o acessível às camadas mais pobres e classe média que passam a consumir e a se endividarem no circuito superior (SILVEIRA, 2007). Os serviços financeiros fornecem a este circuito um maior poder de capilaridade e expansão no território, aumentando significativamente os lucros.

Nota-se a presença de agentes do circuito superior que vendem e anunciam seus produtos nas feiras livres. Alguns agentes são revendedores de produtos do circuito moderno, como BR-Moto (Honda), Sky, Oi, Vivo e Natal Cap (título de capitalização). Apesar das feiras serem um elemento tipicamente do circuito inferior, observa-se que o circuito superior se utiliza e se apropria delas em busca de uma maior capilaridade entre a população de baixa renda, na busca por maior lucro. A Foto 3 ilustra uma revendedora do circuito superior presente em uma feira livre do arranjo espaço-temporal sul da capital.

Observa-se a presença de feirantes que vendem produtos fabricados no circuito superior, como a venda de Mucilon (suplemento alimentar infantil da Nestlé), fraudas infantis Turma da Mônica (fraudas descartáveis da Kymberly-Clark), mortadelas das marcas Fluminense e São Mateus, e biscoitos da marca Fortaleza. Muitas destas mercadorias são obtidas, provavelmente em hipermercados atacadistas como Makro, Atacadão, Sam’s Club ou supermercados como Carrefour, Hiper Bompreço e Extra. As fotos 3 e 4 mostram feirantes vendendo produtos do circuito superior em uma feira livre do circuito norte de Natal.



Foto: Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, mai. 2011.

Foto 3 – O circuito superior presente na feira livre da Cidade da Esperança.



Foto: Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, jul. 2011.

Foto 4 – Feirantes vendendo produtos do circuito superior na feira de Nova Natal.

Em relação às feiras livres, observa-se que suas áreas de influência limitam-se aos municípios da RMN, considerando apenas a população participante, seja feirantes ou consumidores. Mas em relação às mercadorias comercializadas há uma grande diversidade de acordo com o produto. Alguns produtos fazem com que as feiras tenham uma área de influência restrita a mancha metropolitana. Outros produtos mostram que a influência das feiras livres de Natal tem uma dimensão regional e estadual, que vai além dos limites da RMN. Por fim, há produtos que conectam Natal à rede urbana nacional, mostrando sua dependência em relação a outras cidades com maior nível de

funcionalidade. Esses fatores são responsáveis pela complexidade e pela mudança do papel da cidade de Natal na rede urbana nacional, regional e estadual.

Realidade, conflitos e proposições

O Estado protege e atende, sobretudo, aos interesses dos agentes do circuito moderno, com investimentos diretos e indiretos em infraestrutura e incentivos fiscais, principalmente. O Estado atende aos interesses do circuito superior, deixando de investir em serviços universais de educação, saúde, segurança, moradia, e lazer, que são de interesse da população em geral. O Estado também aumenta o número de normas, através de diretrizes e leis que fiscalizam e sancionam as feiras livres, ao mesmo tempo que despreza e negligencia esses componentes do circuito não moderno.

Na gestão do prefeito Marcos César Formiga (1983-1986) houve a isenção de taxas para os feirantes, que desde então não pagam nenhuma taxa a prefeitura para venderem nos espaços das feiras. Mas os feirantes que não têm barraca própria, que se constituem na maioria, pagam um aluguel aos donos das barracas ou bancas. Cada banca custa seis reais por feira, e cada feirante gasta entre cem e duzentos reais mensais com o aluguel das bancas.

A fiscalização das feiras livres de Natal fica restrita as feiras das Rocas, Carrasco, Planalto, Alecrim, Lagoa Seca, Quintas e Cidade da Esperança (arranjo espaço-temporal sul), e as feiras de Panorama, Parque dos Coqueiros, Pajuçara, Santa Catarina (arranjo espaço-temporal norte). A SEMSUR dispõe apenas de 14 funcionários para fiscalizar as 22 feiras livres que são administradas por essa secretaria municipal. Esses fiscais são distribuídos em regime de escala. Portanto, devido à falta de recursos humanos, a prefeitura não tem condições de dispor de fiscais em todas as feiras livres da cidade. Quando apenas a fiscalização não é suficiente para o ordenamento das feiras livres, a força policial também pode ser utilizada

A prefeitura fornece aos feirantes as tendas (cobertura), que estão disponíveis somente nas feiras das Rocas, Carrasco, Alecrim, Lagoa Seca e Cidade da Esperança. Essas tendas ainda são fruto do primeiro projeto de padronização iniciado em 2006, necessitando atualmente de manutenção, tendo em vista as lonas rasgadas e a visível oxidação da estrutura de sustentação. Além da cobertura, restrita a algumas feiras, a prefeitura fornece o serviço de limpeza das mesmas. Esta limpeza restringe-se apenas a varredura dos resíduos sólidos nas ruas onde as feiras ocorrem.

A prefeitura não fornece água, logo os próprios feirantes devem transportar água de casa para as feiras. O serviço de energia elétrica também não é fornecido com frequência, os feirantes nunca sabem se poderão contar com iluminação na feira, fazendo com que muitas vezes eles comecem a trabalhar de madrugada, ainda no escuro, e também saiam da feira mais cedo, justamente pelas condições precárias de iluminação. O serviço de banheiros fornecido pela prefeitura também não é frequente. Os feirantes também reclamam da falta de segurança, pois dificilmente existe policiamento.

Há reclamação ainda por parte dos feirantes das constantes convocações feitas pela prefeitura para fazer o cadastramento, o que acarreta perda de tempo diante da sua jornada de trabalho. Os feirantes sentem a falta de instrumentos legais de participação que os façam serem ouvidos pelos governantes. Não há fóruns, assembleias ou conselhos, que possam servir de instrumentos para que os problemas e as reclamações de cada feirante sejam colocados em discussão. Raramente eles são convocados pela municipalidade para reuniões. E quando há esse tipo de evento, não há abertura para que eles possam se pronunciar. A prefeitura alega que é difícil reunir todos os feirantes devido ao caráter diário das feiras. Além disso, alega ser difícil agradar as opiniões divergentes de tantos feirantes.

O órgão da prefeitura responsável pela gestão das feiras livres - a SEMSUR - promove reuniões com outros órgãos competentes, responsáveis pelo trânsito da cidade, segurança, combate ao trabalho infantil, polícia ambiental, limpeza urbana, infraestrutura e higiene alimentar. Mas, as ações planejadas não são executadas devido à burocracia do aparelho público estatal. Acrescenta-se a isso, o baixo nível de organização dos feirantes no sentido de formarem associações ou cooperativas que possam viabilizar melhores condições de trabalho. Um projeto de melhoria das bancas, que seria iniciado na feira da Quintas, proposto pela Cooperativa dos Banqueiros (donos de bancas) das Feiras Livres (COBFEN), não saiu do papel.

Propõe-se, a partir dos problemas levantados, algumas diretrizes para as feiras livres de Natal visando, sobretudo, melhorias nas condições de trabalho dos feirantes e no ambiente de compra dos consumidores, fortalecendo assim as relações e a solidariedade desses agentes do circuito inferior. Entre várias ideias, pode-se destacar três proposições: primeira, a criação de associações ou cooperativas de feirantes, tendo como princípio teórico a economia solidária, o capital social, a gestão social, o comércio justo e o uso de tecnologias sociais; segunda, a padronização (ao menos por feira) e a colocação das maiores feiras livres, as feiras âncoras, em roteiros turísticos da cidade, associada a uma

política de marketing eficiente, divulgando a cultural local e regional e fortalecendo tais sujeitos sociais; e terceira, a criação de mais feiras agroecológicas não só em Natal, mas em toda a Região Metropolitana.

As feiras agroecológicas articulam e fortalecem as redes de economia solidária e a produção agroecológica de famílias atendidas por programas sociais, tais como o Programa Bolsa Família, além de abranger famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esta serve também para a capacitação dos produtores a partir dos princípios da economia solidária, da educação popular e educação para a cidadania, mostrando as possibilidades de acesso às políticas públicas de crédito, além de mostrar aos consumidores a importância do produto orgânico. A feira também proporciona a venda direta entre produtor e consumidor, eliminando a figura dos agentes intermediários ou atravessadores. A Foto 5 ilustra a feira Agroecológica de Natal.

Ao participarem da feira agroecológica, os consumidores também se tornam conscientes sobre a procedência do produto e de como é produzido, quais os benefícios que o produto orgânico trás para a saúde, e qual a forma correta de utilizá-lo. O feirante deve passar tais explicações para cada consumidor da feira. A feira agroecológica funda-se, portanto, sob os princípios da economia solidária, dentre eles, a autogestão e o consumo consciente.



Foto: Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, set. 2011.
Foto 5 – Feira Agroecológica de Natal – UFRN.

Considerações finais

A pesquisa possibilitou, portanto, uma compreensão sistematizada acerca da situação geográfica das feiras livres de Natal e a relação delas com os circuitos da economia urbana. Ao longo do trabalho foram notadas algumas características do circuito inferior nas feiras livres, por exemplo, quando se observa a acessibilidade da população de baixa renda a esses eventos espaciais, os quais têm nestes locais, muitas vezes, a única fonte de renda ou importante espaço de consumo.

Os feirantes que participam das feiras livres de Natal residem, principalmente, na própria RMN, destacando-se os bairros da Zona Norte e da Zona Oeste da cidade, áreas de maior fragilidade social do município. Esses feirantes são em sua maioria imigrantes, mostrando a importância da migração na formação do circuito inferior.

Apesar de a feira ser considerada um componente típico do circuito inferior, e as características desse circuito não moderno serem mais evidentes, observa-se que a mesma é apropriada e utilizada também pelos agentes do circuito superior. Grandes empresas vendem diretamente nas feiras livres através de revendedores, ou têm seus produtos vendidos através dos próprios feirantes. As feiras livres são, portanto, elementos do circuito inferior, intrinsecamente imbricados com os agentes do circuito superior da economia urbana, os quais aproveitam esses espaços para capilarizarem seus produtos.

O Estado que proporciona todo o suporte de infraestrutura e financeiro aos agentes do circuito superior, despreza, negligencia e, as vezes, persegue os agentes do circuito inferior, como os feirantes e as feiras livres. Nesse contexto de fragilidade, os feirantes se vêem sem seus direitos, sem o exercício pleno da cidadania, pois não têm a quem reclamar. A proposta de pensar a organização das feiras livres - a partir dos princípios de economia solidária, tecnologia social, comércio justo, autogestão, consumo consciente e educação popular - torna-se importante para o fortalecimento da solidariedade orgânica do circuito inferior. Solidariedade essa marcada pela articulação e interação entre os feirantes e a população de baixa de renda, onde a medida do ter não é a principal relação e o principal valor em destaque, mas a consciência do ser, do vínculo, da relação de reciprocidade e de confiança.

Referências

FERRETTI, Mundicarmo. Feiras nordestinas: estudos e problemas. FERRETTI, Sergio (organizador). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís: UFMA, 2000.

FUNCERN. Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte. **Diagnóstico dos feirantes de Natal/RN**. 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SEMSUR. Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. **Informações gerais sobre as feiras livres de Natal-RN**. 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, jan/jun. 1999.

_____. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de La economía urbana. **Revista Eure**, Santiago, v. 33, n. 100, p. 149-164, dic. 2007.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Maio de 2012.